

Nova proposta para rolagem da dívida

03 DEZ 1990
por João Alexandre Lombardo
de Brasília

O líder em exercício do governo, senador Ney Maranhão (PRN-PE), elaborou um novo projeto de resolução estabelecendo limites e condições para o endividamento dos estados e municípios, que será levado à mesa de negociações nesta segunda-feira. O projeto traz algumas mudanças com relação àquilo que já vinha sendo discutido. Segundo Maranhão, são contempladas posições do governo, senadores e secretários de Fazenda.

Algumas das mudanças desse novo projeto, com relação ao substitutivo ante-

rior sustentado pela liderança do governo no Senado são as seguintes:

- Obrigatoriedade para que os pedidos de autorização para endividamento dêem entrada no Senado. O Banco Central terá então 10 dias para se pronunciar sobre os pedidos. O silêncio do BC, nesse período, implicará na votação da matéria pelo Senado, mesmo sem parecer.

- Supressão do dispositivo que obrigava os bancos estaduais a estarem em dia com seus compromissos junto ao BC, para a celebração de operação de crédito.

- Ney Maranhão disse também ter incluído os ju-

ros, ao lado do principal da dívida, para se fixar o limite das operações realizadas durante o exercício financeiro. O texto, porém, continua idêntico ao da emenda Odacir Soares, que só fala no principal (ou no limite de 20% da receita líquida real). Há, no entanto, outro dispositivo dizendo que "o dispêndio anual máximo, compreendendo principal e acessórios de todas as operações, não poderá ultrapassar a margem de poupança real".

"Esse projeto incui as posições do governo, Senado e dos secretários de Fazenda", declarou Maranhão. "Tudo o que foi conversado está no projeto,

que será a base da negociação", declarou.

Ele informou que, nesta semana, será votado o ofício da Bahia pedindo autorização para emitir LFT. Só que no lugar de aprovar a autorização para a emissão de 22 bilhões de LFT, ele afirmou que esse valor deverá ser reduzido para aproximadamente a metade.

Quanto à fixação do prazo de 10 dias para que o Banco Central se pronuncie sobre pedidos de autorização e endividamento, o líder em exercício do governo afirmou que a obrigatoriedade objetiva evita que "algum tecnocrata persiga qualquer estado".